


Democracia nas redes sociais: activismo moçambicano e as dimensões temporais da comunicação cibernética¹

 Júnior Rafael²

Recebido:22.09.2025
Aceito:13.12.2025
Publicado:19.01.2026

Resumo: Este artigo analisa o activismo digital em Moçambique, com ênfase na plataforma Facebook, investigando como práticas comunicativas em rede reconfiguram temporalidades da ação política e da cidadania em contextos de repressão e vigilância. Partindo de uma abordagem qualitativa, foram examinadas postagens públicas de coletivos ativistas moçambicanos ao longo de 2024, o que permitiu compreender de que modo as redes sociais funcionam como cronotopos de resistência e espaços de disputa. A pesquisa mobiliza os conceitos de temporalidade cibernética, performatividade digital e vigilância algorítmica para refletir sobre as formas pelas quais a sociedade civil ressignifica a democracia no fluxo acelerado das interações online. Os resultados apontam que o Facebook, ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade das denúncias e fomenta práticas de engajamento político, é atravessado por dinâmicas de censura, apagamento e manipulação algorítmica que limitam sua potencialidade emancipadora. Identificou-se que a plataforma não se reduz a um espaço técnico de comunicação, mas constitui um campo sociopolítico onde se tensionam as fronteiras entre cotidiano e político, público e privado, visível e invisível. Conclui-se que, em Moçambique, o Facebook opera como ferramenta paradoxal: simultaneamente dispositivo de resistência e mecanismo de controle. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para compreender os desafios contemporâneos da democracia digital em contextos marcados por restrições à liberdade de expressão e desigualdades no acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Palavras-chave: Activismo digital; Facebook; Moçambique.

Democracy on social media: Temporalities of Cyber Communication in Mozambican Activism

Abstract: This article analyzes digital activism in Mozambique, with an emphasis on the Facebook platform, investigating how networked communicative practices reconfigure the temporalities of political action and citizenship in contexts of repression and surveillance. Based on a qualitative approach, the study examined public posts from Mozambican activist collectives throughout 2024, which made it possible to understand how social media functions as chronotopes of resistance and arenas of dispute. The research draws on the concepts of cyber temporality, digital performativity, and algorithmic surveillance to reflect on the ways in which civil society resignifies democracy within the accelerated flow of online interactions. The findings indicate that Facebook, while expanding the visibility of denunciations and fostering practices of political engagement, is simultaneously shaped by dynamics of censorship, erasure, and algorithmic manipulation that limit its emancipatory potential. It was identified that the platform is not merely a technical communication tool but a sociopolitical field where the boundaries between everyday life and politics, public and private, visible and invisible, are constantly in tension. The study concludes that, in Mozambique, Facebook operates as a paradoxical tool: simultaneously a device of resistance and a mechanism of control. Recognizing this ambivalence is essential to understanding the contemporary challenges of digital democracy in contexts marked by restrictions on freedom of expression and inequalities in access to information and communication technologies.

Keywords: Digital activism; Facebook; Mozambique.

Democracia en las redes sociales: activismo mozambiqueño y las dimensiones temporales de la comunicación cibernética

Resumen: este artículo analiza el activismo digital en Mozambique, con énfasis en la plataforma Facebook, investigando cómo las prácticas comunicativas en red reconfiguran las temporalidades de la acción política y de la ciudadanía en contextos de represión y vigilancia. A partir de un enfoque cualitativo, se examinaron publicaciones públicas de colectivos activistas mozambiqueños a lo largo de 2024, lo que permitió comprender de qué modo las redes sociales funcionan como cronotopos de resistencia y espacios de disputa. La investigación moviliza los conceptos de temporalidad cibernética, performatividad digital y vigilancia algorítmica para reflexionar sobre las formas en que la sociedad civil ressignifica la democracia en el flujo acelerado de las interacciones en línea. Los resultados señalan que Facebook, al mismo tiempo que amplía la visibilidad de las denuncias y fomenta prácticas de compromiso político, está atravesado por dinámicas de censura, borrado y manipulación algorítmica que limitan su potencial emancipador. Se identificó que la plataforma no se reduce a un espacio técnico de comunicación, sino que constituye un campo sociopolítico donde se tensionan las fronteras entre lo cotidiano y lo político, lo público y lo privado, lo visible y lo invisible. Se concluye que, en Mozambique, Facebook opera como una herramienta paradójica: simultáneamente dispositivo de resistencia y mecanismo de control. Reconocer esta ambivalencia resulta fundamental para comprender los desafíos contemporáneos de la democracia digital en contextos marcados por restricciones a la libertad de expresión y desigualdades en el acceso a las tecnologías de la información y la comunicación.

Palabras clave: Activismo digital; Facebook; Mozambique.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v4i1.2>

² Mestrando em Comunicação midiática. Especialista em Neurociência cognitiva; Gestão e liderança de equipes; Terapia em constelação familiar sistêmica. Graduado em Marketing digital / E-mail: juniorrafaelra192@gmail.com

Introdução

Moçambique é um país da África Austral que conquistou sua independência de Portugal em 1975, após uma prolongada luta armada liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Desde então, o país tem vivenciado diferentes fases políticas, incluindo uma guerra civil (1977–1992), processos de transição democrática e sucessivas crises de governação. Apesar da institucionalização formal da democracia multipartidária em 1990, o sistema político moçambicano ainda enfrenta sérios desafios, como a concentração de poder, fragilidades no Estado de Direito, repressão à dissidência e práticas recorrentes de censura directa e indirecta (Forquilha, 2022; Hanlon, 1991).

Nesse contexto, a ascensão das tecnologias digitais e a popularização do acesso à internet — especialmente a partir da expansão do uso de *smartphones* e da chegada de operadoras móveis com pacotes acessíveis — reconfiguraram parcialmente o ecossistema comunicacional moçambicano, ampliando espaços alternativos de expressão e articulação política. O Facebook, plataforma com alta penetração no país (DATAREPORTAL, 2024), tornou-se um espaço privilegiado para o activismo digital, funcionando como arena de debate público, denúncia de abusos e mobilização cívica.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como o activismo digital moçambicano no Facebook reconfigura as temporalidades da acção política num contexto de restrição à participação democrática? O objectivo geral é analisar como as dinâmicas comunicacionais na plataforma constroem narrativas contra-hegemônicas, tensionam os discursos institucionais e operam novas formas de cidadania em rede. Especificamente, busca-se compreender de que modo essas práticas activistas ressignificam o tempo político, produzindo urgências, permanências e memórias colectivas num ambiente cibernético marcado pela plataformização e cultura algorítmica.

A justificativa deste trabalho reside na necessidade de compreender o papel das mídias sociais na reconfiguração dos regimes de visibilidade e temporalidade da política contemporânea em países do Sul Global, como Moçambique, onde o autoritarismo e o autoritarismo digital se entrelaçam a estruturas pós-coloniais de poder. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o avanço das reflexões no campo da comunicação política e dos estudos sobre cibercultura.

A investigação toma como objeto empírico o Facebook, enquanto cronotopo de mobilização, analisando postagens públicas realizadas ao longo do ano de 2024 período marcado por momentos cruciais como a campanha eleitoral, o processo de votação e os conflitos pós-eleitorais. O corpus é composto por conteúdos produzidos em três perfis de activistas na cena digital moçambicana: Venâncio Mondlane, Adriano Nuvunga e Quitéria Guirengane, selecionados com base em critérios de engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos), criticidade política e relevância cívica.

Adopta-se uma abordagem qualitativa de base interpretactivista, articulando dois procedimentos analíticos: a análise de conteúdo (Bardin, 2011) e a análise crítica do discurso (Fairclough, 2001), com vistas a compreender como os enunciados activistas constroem sentidos, disputam narrativas e reposicionam o tempo político na esfera pública digital. A análise se concentra nas publicações realizadas ao longo de 2024, período estratégico devido à intensidade do ciclo eleitoral, permitindo observar tanto as práticas discursivas quanto suas ressonâncias políticas e sociais.

Temporalidades cibernéticas e plataformização

Segundo Castells (2013), a sociedade em rede é regida por uma temporalidade própria: o tempo atemporal da comunicação digital, onde eventos ocorrem simultaneamente e fora de linearidades cronológicas. Byung-Chul Han (2016) reforça que a lógica digital gera uma compressão temporal, marcada pela hiperatividade e ausência de pausas — características

amplificadas pelas redes sociais. Essa temporalidade acelera tanto a circulação de informações quanto a formação de climas de opinião, afectando directamente o activismo político.

Essa aceleração é também analisada por Hartmut Rosa (2013), que propõe o conceito de aceleração social, no qual a experiência do tempo moderno se torna cada vez mais comprimida, resultando em uma redução da capacidade reflexiva dos sujeitos. Tal perspectiva permite compreender como o engajamento político nas redes se dá sob pressões constantes de actualização e presença contínua.

Judy Wajcman (2015) oferece uma crítica à naturalização da aceleração tecnológica, argumentando que o tempo digital é igualmente moldado por escolhas políticas e sociais. Para a autora, a tecnologia não apenas acelera processos, mas também reconfigura práticas cotidianas de trabalho, cuidado e militância.

No contexto africano, autores como Francis Nyamnjoh (2015) e André Nhamirre (2021) destacam como a plataformação em países do Sul Global incorpora dinâmicas coloniais e locais, produzindo tensões entre liberdade de expressão e vigilância governamental. As plataformas digitais, nesse sentido, funcionam como espaços ambíguos, onde se combinam oportunidades de agência com mecanismos de controlo.

A esse debate soma-se Achille Mbembe (2018), ao discutir o conceito de necropolítica. Aqui, a gestão algorítmica dá vida e dá morte nas redes sociais e reproduz regimes de poder herdados da colonialidade, o que afecta directamente formas de resistência no espaço online.

O activismo digital pode ser compreendido como uma prática sociotécnica que articula tecnologia, política e performatividade (Tufekci, 2017). No caso do Facebook, essa prática ganha contornos específicos, visto que a plataforma actua como mediadora algorítmica da visibilidade. As estratégias de resistência dos activistas, portanto, não se limitam ao conteúdo, mas também à gestão do tempo — da postagem, da viralização e da permanência.

Safiya Umoja Noble (2018) acrescenta uma crítica à neutralidade das plataformas, mostrando como mecanismos de busca e redes sociais operam sob lógicas racistas e sexistas, o que impõe desafios adicionais a activistas que lutam por visibilidade. Esse viés algorítmico também é temporal: privilegia certos fluxos, ritmos e picos de engajamento, o que pode ou não emergir como “urgente” no debate público.

Assim, Nick Couldry e Ulises A. Mejias (2019) propõem o conceito de colonialismo de dados, que denuncia como a extracção de dados em larga escala opera de forma análoga à exploração colonial. No contexto moçambicano, isso é visível na dependência das plataformas ocidentais, que impõem regras de temporalidade e engajamento que nem sempre dialogam com as lógicas locais de organização política.

Contexto sociopolítico e digital moçambicano

Desde 1994, Moçambique adopta um sistema multipartidário e realiza eleições regulares. Contudo, diversas análises apontam para práticas que comprometem a transparência e a credibilidade eleitoral, como manipulação do recenseamento, uso da máquina estatal e exclusão de candidatos opositores (Rosário & Muendane, 2016; EISA & União Europeia, 2020). A democracia moçambicana, embora institucionalizada, opera sob forte centralização do poder e controlo da mídia pública pelo partido no governo, a FRELIMO³ (Salema & Guambe, 2021).

³ A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) é o partido que governa Moçambique desde a independência em 1975. Criada em 1962 a partir da fusão de movimentos nacionalistas, liderou a luta armada contra o colonialismo português até a alcançar a independência. Após 1975, instituiu um regime de partido único de orientação marxista-leninista, enfrentando, a partir de 1977, uma longa guerra civil contra a (Resistencia

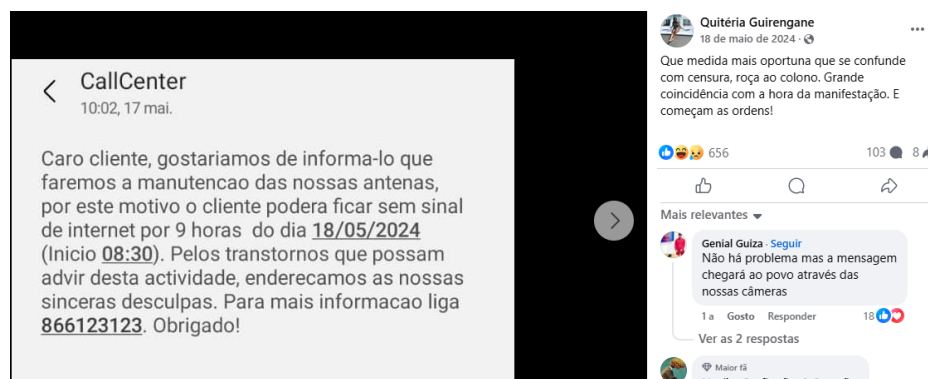
A penetração da internet em Moçambique ainda é limitada. Segundo dados do Hootsuite (2023), apenas cerca de 21% da população tem acesso à internet, o que evidencia um quadro de profunda desigualdade digital, especialmente entre zonas urbanas e rurais. Essa realidade caracteriza o país dentro da "fratura digital" global (Vassilakopoulou & Hustad, 2021). Apesar disso, o uso de redes sociais tem crescido, especialmente o Facebook, que se tornou um importante espaço para mobilização e crítica política (Tsandzana, 2020).

O Facebook como cronotopo de resistência, censura algorítmica e vigilância digital

Os dados demonstram que o Facebook funciona como um espaço-tempo híbrido, onde diferentes temporalidades se sobrepõem: a urgência da denúncia, a memória da repressão e a espera pela resposta institucional. O tempo político das ruas é reorganizado no tempo digital dos *posts*, que não raro visam viralizar rapidamente, mas também permanecer como registo histórico.

Os activistas relatam práticas de *shadow banning* conforme revela a figura 1, remoção de conteúdos e limitação de alcance formas de censura algorítmica que geram uma nova temporalidade: o atraso, a suspensão ou o apagamento. Isso obriga os activistas a desenvolverem estratégias de contorno, como criar novos perfis, utilizar linguagem cifrada ou depender de redes transnacionais para garantir visibilidade.

Figura 1: Possível censura



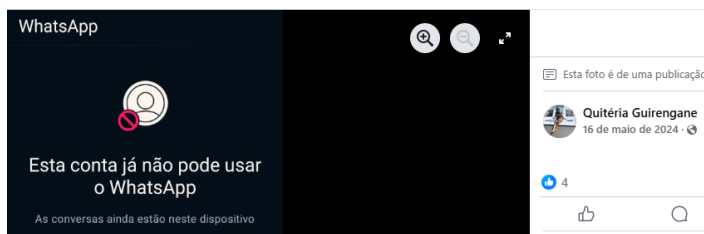
Fonte: Captura de tela na página da Quitéria Guiringane, 2025

<https://web.facebook.com/photo.php?fbid=474590835142298&set=pb.100077741572605.-2207520000&type=3>

A imagem revela um conflito entre o discurso oficial técnico e o discurso cidadão crítico. Segundo Bardin (2011), evidencia-se um conteúdo latente de repressão por trás de uma mensagem manifestamente neutra. Segundo Fairclough (2001), a disputa discursiva se dá entre a hegemonia institucional que se vale de justificativas técnicas e a contra-hegemonia cidadã que reinterpreta o acto como censura digital.

O acto de cortar a internet é compreendido como prática social que ultrapassa a justificativa técnica e opera como instrumento político de silenciamento e controle. A crítica “roça ao colono” conecta práticas contemporâneas a um passado de opressão, implicando a repetição de lógicas coloniais sob novas formas. A figura 2, mostra o quanto os algoritmos trabalham quando acionados numa dimensão de censura.

Figura 2: Restrição do uso da conta de WhatsApp



Fonte: Captura de tela na página da Quitéria Gueringane, 2025

<https://web.facebook.com/photo.php?fbid=473726841895364&set=pb.100077741572605.-2207520000&type=3>

As imagens analisadas expõem práticas de silenciamento digital em Moçambique durante o contexto de uma manifestação popular em maio de 2024. A primeira mostra a notificação de suspensão do serviço de internet por “manutenção das antenas” no exacto dia e horário da mobilização, o que, segundo a publicação crítica de Quitéria Guirengane, sugere censura disfarçada de medida técnica. Já a segunda imagem revela o bloqueio da conta de WhatsApp da mesma activista, sem justificativa explícita, num contexto de alta tensão política. Aplicando a análise de conteúdo de Bardin (2011), identificam-se categorias como silenciamento, tecnicismo e desautorização algorítmica; já pela análise de discurso de Fairclough (2001), observa-se como os textos técnicos, aparentemente neutros, são ressignificados em discursos de controle político.

Ambas situações revelam o papel dos sistemas digitais – tanto operadoras quanto plataformas como WhatsApp – como agentes na produção de censura indirecta. A ausência de justificativas claras e a impessoalidade algorítmica indicam uma dinâmica de repressão que se apresenta como técnica, mas que actua politicamente ao desarticular redes de comunicação activista. O poder dos algoritmos, ao operar sob lógicas opacas, torna-se parte de um ecossistema de dominação que se articula a contextos locais de repressão, evidenciando como a tecnologia participa da contenção da esfera pública crítica e da limitação do exercício do direito à comunicação.

O governo subiu a taxa da internet e por isso na imagem 3, os activistas pedem que baixem os “megs” *megabytes*

Figura 3: Disputa de poder digital



Fonte: Captura de tela, página de Nuvunga, 2025

<https://web.facebook.com/photo.php?fbid=1170378697271284&set=pb.100028974948934.-2207520000&type=3>

As três imagens analisadas da página do Nuvunga, documentam práticas de silenciamento e exclusão digital em Moçambique durante maio de 2024, quando o governo aumentou o custo da internet e restringiu o acesso às plataformas digitais em meio a manifestações populares. A primeira mostra uma suspensão programada de internet que coincidiu com o horário do protesto, gerando

suspeitas de censura encoberta; a segunda revela o bloqueio da conta de WhatsApp da Quitéria sem justificativa, ilustrando a actuação dos algoritmos como instrumentos de deslegitimação política; e a terceira retrata jovens em protesto, com cartazes denunciando o governo e exigindo acesso justo à internet por meio da campanha #BaixemOsMegas. As análises de conteúdo (Bardin, 2011) revelam categorias como restrição digital, controle estatal e resistência juvenil, enquanto a análise do discurso (Fairclough, 2001) evidencia como os textos técnicos e impessoais (como notificações de sistemas ou comunicados oficiais) são ressignificados por cidadãos como práticas de repressão.

No plano social e discursivo, os manifestantes explicitam que o encarecimento da internet e o bloqueio de plataformas não são actos isolados, mas acções inseridas num contexto de autoritarismo digital e desigualdade de acesso à comunicação. O uso de cartazes com dizeres como “Nyusi quer nos limitar” e “PNP”, “não matem o negócio” articula crítica directa ao Estado — aqui identificado como “Povo no Poder” — enquanto as *hashtags* conectam a rua ao espaço virtual, formando redes de contestação. A análise revela que a censura em Moçambique se manifesta não apenas pela repressão directa, mas pela instrumentalização de recursos técnicos (algoritmos, tarifas, bloqueios) para impedir a circulação de discursos críticos. Assim, o acesso à internet torna-se objeto central de disputa política, evidenciando a comunicação digital como campo estratégico de exercício e contenção da cidadania.

Figura 4: “Queremos vos dificultar”



Fonte: Captura de tela na página de Nuvunga, 2025

<https://web.facebook.com/photo/?fbid=1170378623937958&set=pb.100028974948934.-2207520000>

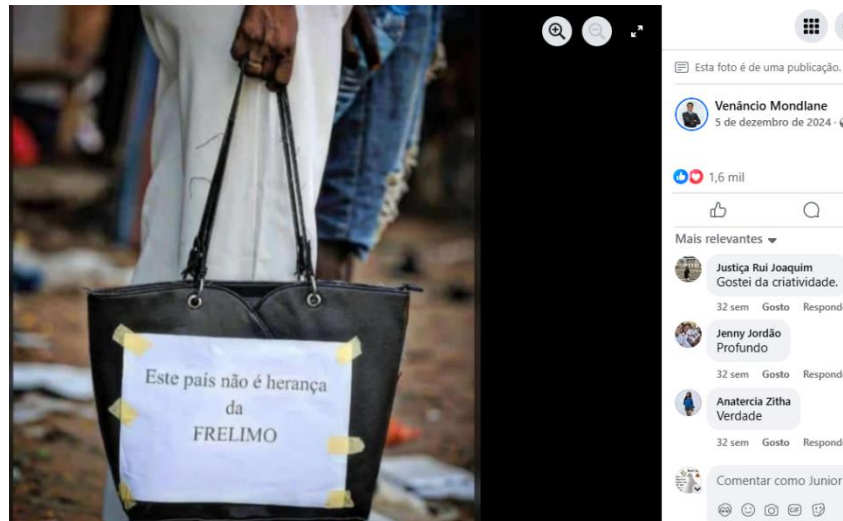
A imagem supra registada em 18 de maio de 2024 mostra jovens moçambicanos em manifestação contra o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), órgão responsável pelo controle regulatório das telecomunicações. O cartaz central apresenta a frase “NÓS NÃO VAMOS NÃO DIFICULTAR – NADA. ASS.: INCM”, que reproduz irônica uma declaração institucional, expondo a distância entre o discurso oficial e a experiência concreta da população diante de aumentos nas tarifas de internet, censura e instabilidade de rede. A análise de conteúdo (Bardin, 2011), indica que o discurso oficial é reapropriado de forma crítica, evidenciando a contestação pública da autoridade técnica e a mobilização cívica por meio de práticas discursivas multimodais, combinando visualidade, gestualidade e textualidade. A linguagem burocrática é deslocada e utilizada como ferramenta de denúncia pela acção colectiva dos manifestantes.

A análise do discurso (Fairclough, 2001), crítica mostra que a frase do cartaz emprega estrutura tautológica e ambígua com marcas do discurso administrativo, cujo esvaziamento semântico é exposto pela crítica pública. O protesto revela que a linguagem técnica do Estado, apresentada como neutra, actua como instrumento de controle sobre os fluxos comunicacionais. A manifestação torna visível a disputa pela autoridade discursiva e pelo direito à comunicação no ambiente digital, reposicionando a linguagem institucional como campo de tensão entre poder estatal e cidadania. A prática discursiva do protesto opera como resistência, deslegitimando a autoridade técnica e exigindo acesso e liberdade no uso das redes digitais em Moçambique.

As postagens analisadas revelam uma fusão entre experiências cotidianas e posicionamentos

políticos. Reclamações sobre o custo de vida, precariedade dos serviços públicos e abusos de autoridade são transformadas em actos de fala política, que programam as fronteiras entre o privado e o coletivo, o imediato e o estrutural. E nessa perspectiva, o Facebook funciona, assim por dizer, como espaço de elaboração do tempo da indignação e da esperança.

Figura 5: FRELIMO não é herdeiro do país



Fonte: Captura de tela na página de Venancio (5 de dezembro, 2024)

<https://web.facebook.com/photo/?fbid=1133235988371689&set=pb.100050558946382.-2207520000>

A imagem acima apresenta uma bolsa preta segurada por uma pessoa, com um papel afixado contendo os dizeres: “Este país não é herança da FRELIMO”. Publicada nas redes sociais por Venâncio Mondlane, em dezembro de 2024, essa representação visual insere-se num contexto de forte tensão política em Moçambique, marcado por denúncias de autoritarismo e contestação à hegemonia histórica do partido FRELIMO.

À luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a mensagem pode ser compreendida a partir de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, observa-se que a unidade de registo central é o enunciado fixado na bolsa, compreendido no contexto das manifestações populares.

A exploração do material revela categorias temáticas como a rejeição à apropriação do Estado por um único partido, a crítica à naturalização da permanência da FRELIMO no poder, e a emergência de práticas de resistência. O uso de um objecto quotidiano como meio de protesto – uma bolsa – amplia a potência comunicativa da acção, democratizando a linguagem da contestação. No tratamento e interpretação dos dados, percebe-se uma estratégia de denúncia política que se vale de recursos visuais simples para confrontar o monopólio histórico do partido dominante sobre o Estado moçambicano.

Com base na análise crítica do discurso de Fairclough (2001), é possível aprofundar a leitura a partir das dimensões textual, discursiva e social. No nível textual, a frase é construída de forma directa, assertiva e negativa, com um léxico acessível que amplia sua recepção popular. O uso do termo “herança” é particularmente estratégico, pois carrega conotações de propriedade privada, sucessão familiar e dominação prolongada – sugerindo que a FRELIMO se comporta como se o país lhe pertencesse por direito histórico.

Na dimensão da prática discursiva, a circulação da imagem nas redes sociais e sua viralização constituem práticas comunicativas características do activismo digital, em que a estética da linguagem visual é mobilizada como instrumento de mobilização política. Portanto, no nível da

prática social, o discurso veiculado na imagem insere-se em uma conjuntura de crise de legitimidade e reconfiguração da esfera pública moçambicana. O gesto de afirmar que “o país não é herança” configura-se como um acto de fala insurgente, que busca desnaturalizar a centralidade da FRELIMO e recolocar o país no campo da disputa democrática.

Assim, tanto a análise de conteúdo de Bardin (2011) quanto a análise crítica do discurso de Fairclough (2001) permitem compreender como enunciados aparentemente simples podem operar como dispositivos de resistência e confrontação. A imagem evidencia o modo como a linguagem – verbal e visual – se articula à acção política, servindo como meio de reinscrição de sentidos, contestação da hegemonia e afirmação de novos projectos sociais.

Resultados

A análise do corpus evidencia que o Facebook se consolidou como um cronotopo de resistência (Bakhtin, 1988; Castells, 2013), isto é, um espaço-tempo onde práticas discursivas e acções políticas se entrecruzam e são esculpidas por dinâmicas sociotécnicas. O material empírico demonstra que a temporalidade da acção política em Moçambique não se organiza apenas pelos calendários institucionais — como os marcos do processo eleitoral —, mas também pelas lógicas de aceleração, atraso e apagamento instauradas pela plataformização e pela governação algorítmica.

Em primeiro lugar, identificou-se a emergência da urgência digital como marca do activismo. As postagens analisadas, sobretudo durante manifestações e no período eleitoral de 2024, evidenciam uma sincronização entre o tempo da rua e o tempo da plataforma. Essa sincronização se apoia nos mecanismos de *ranking* algorítmico, que privilegiam conteúdos recentes e com alto índice de engajamento inicial (Tufekci, 2017). Assim, os activistas adoptam tácticas de arranque rápido, coordenando postagens, transmissões ao vivo e *hashtags* com o objectivo de maximizar a visibilidade em janelas curtas. Esse processo confirma a noção de Castells (2013) de que a sociedade em rede produz uma nova lógica temporal — o “tempo intemporal” — em que o político e o cotidiano se fundem em fluxos contínuos.

Em segundo lugar, as práticas de latência e suspensão configuram-se como mecanismos de poder sobre a circulação discursiva. As capturas de tela analisadas mostram casos de “*shadow banning*”, remoção de conteúdos e bloqueio de contas, que instauram temporalidades de atraso e interrupção. Como aponta Safiya Noble (2018), tais mecanismos não são imparciais, mas reflectem uma governação algorítmica marcada por vieses estruturais, que definem o que pode emergir como urgente ou permanecer invisível. No contexto moçambicano, esses atrasos e apagamentos operam em dois planos distintos: (i) no nível da plataforma, por meio de políticas opacas de moderação e ranqueamento, e (ii) no nível infraestrutural, com cortes selectivos de internet e encarecimento dos pacotes de dados. Ambos os planos funcionam como instrumentos temporais de controle da esfera pública.

Em terceiro lugar, os resultados revelam o papel do Facebook como arquivo de memória e acervo de resistência. Postagens de denúncia, registros de repressão e imagens de protestos permanecem disponíveis e são recirculadas como lembranças, citações e “memórias” reactivadas em novos ciclos de contestação. Esse processo transforma a plataforma num repositório indexável de luta política, capaz de prolongar a vida útil de eventos efêmeros e reinscrevê-los no debate público. Como afirma Wajcman (2015), o digital não apenas acelera os ritmos sociais, mas também redefine práticas de registo e permanência, configurando novas formas de memória colectiva.

Outro resultado relevante, neste caso o quarto, é a articulação entre ritmos eleitorais e ciclos algorítmicos de atenção. Observou-se que os picos de engajamento e as dinâmicas discursivas nas páginas analisadas se acoplam a momentos-chave do calendário político, como a votação e o anúncio dos resultados, mas também seguem as lógicas de maior circulação em horários específicos definidos pela plataforma. Esse entrelaçamento confirma a tese de Rosa (2013) sobre a aceleração social, ao mesmo tempo em que mostra que a própria temporalidade da democracia passa a ser

mediada por algoritmos.

Todavia, o estudo revelou que o preço dos dados móveis e os bloqueios de conectividade configuram-se como práticas de disciplinamento temporal. A suspensão da internet em horários de manifestações e o aumento abrupto dos custos de *megabytes* limitaram a duração e a cadência da presença online, restringindo transmissões ao vivo e reduzindo a circulação de conteúdos multimodais. Tal cenário insere-se no que Couldry e Mejias (2019) denominam colonialismo de dados, no qual a infraestrutura digital e as plataformas globais operam como formas de extração e controle, impondo custos temporais e materiais para a participação política.

De forma mais ampla, as evidências apontam para uma contradição constitutiva da plataforma: ao mesmo tempo em que o Facebook oferece espaço de denúncia e mobilização, ele também funciona como instância de censura algorítmica, vigilância e exclusão. Nick Srnicek (2017) lembra que as plataformas digitais, inseridas na lógica do capitalismo de dados, são estruturadas para maximizar valor econômico, e não para garantir deliberação democrática. No caso moçambicano, essa contradição torna-se mais aguda porque os recursos técnicos de moderação e as práticas regulatórias locais se sobrepõem, criando um ecossistema de autoritarismo digital.

Assim, os resultados demonstram que a disputa política no país ocorre também pela gestão do tempo comunicacional: quem controla os fluxos, quem impõe os atrasos, quem tem o poder de arquivar ou apagar registos. O Facebook, longe de ser apenas uma ferramenta de mobilização, aparece como campo de disputa em que se tensionam diferentes temporalidades — a urgência da denúncia, a memória da repressão e o atraso imposto por cortes técnicos. Essa configuração confirma a hipótese inicial de que a democracia em Moçambique, quando mediada pelas redes sociais, é constantemente tensionada por práticas de controle que esvaziam parte de seu potencial emancipador.

Conclusão

O presente estudo demonstrou que o activismo digital em Moçambique, ancorado maioritariamente no Facebook, constitui uma prática comunicativa complexa, atravessada por múltiplas temporalidades e marcada por performances políticas em rede. Partindo da questão central acerca de como as plataformas digitais moldam a contestação e a participação política, a análise evidenciou que a comunicação cibernética não apenas amplia a visibilidade da resistência, mas também redefine os ritmos da cidadania e da contestação. Nesse sentido, o Facebook tem se consolidado como arena de disputa narrativa e cronotopo político, onde a democracia é constantemente reelaborada entre algoritmos, afectos e práticas de repressão.

Os resultados apontam que, no contexto moçambicano, a presença de censura digital, perseguição de activistas e manipulação do acesso à *internet* comprometem de forma estrutural a construção de uma esfera pública democrática nas redes sociais. A suspensão selectiva da *internet* durante manifestações, o bloqueio de contas de activistas em plataformas digitais e o aumento abrupto das tarifas de dados móveis configuram práticas que restringem direitos fundamentais como a comunicação, a participação política e a liberdade de expressão. Esses mecanismos operam simultaneamente em duas dimensões: (i) por vias técnicas, por meio de algoritmos, bloqueios automatizados e tarifação excludente; e (ii) por decisões políticas que se apresentam sob a aparência de rotinas administrativas.

Essa realidade mostra uma contradição central: embora as redes sociais digitais tenham potencial de fortalecer práticas democráticas e de resistência (Castells, 2013; Tufekci, 2017), o seu uso em Moçambique revela-se tensionado por dinâmicas de controle, vigilância e exclusão que fragilizam o espaço público digital. Quando o tempo da comunicação — seus fluxos, interrupções e disponibilidades — é manipulado estrategicamente para desmobilizar protestos e silenciar vozes críticas, o ambiente virtual deixa de ser um campo aberto de deliberação e se converte em território marcado pela assimetria de poder.

As contribuições deste estudo situam-se, portanto, em dois eixos principais: (i) no plano analítico, ao mostrar como a temporalidade digital constitui um elemento estratégico da disputa política contemporânea; e (ii) no plano crítico, ao revelar os limites concretos da promessa emancipadora da comunicação em rede no contexto moçambicano. Logo, é necessário reconhecer que a pesquisa apresenta limitações, especialmente no que se refere ao foco em um número restrito de actores e plataformas, o que abre caminho para investigações futuras mais abrangentes, capazes de considerar outras redes sociais, bem como dimensões comparativas com outros contextos africanos.

Contudo, pode-se concluir que a ideia de democracia em rede, no caso moçambicano, encontra-se profundamente rígida. Mais do que instrumentos de liberdade, as plataformas digitais, quando atravessadas por práticas de controle estatal e lógicas de exploração algorítmica (Srniczek, 2017; Couldry & Mejias, 2019; Noble, 2018), revelam os paradoxos de um espaço comunicativo simultaneamente emancipador e opressivo. Reconhecer tais contradições é passo fundamental para repensar políticas públicas, estratégias de resistência e práticas de cidadania capazes de efectivamente ampliar o potencial democrático da comunicação cibernética.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bakhtin, M. (1988). *Questões de literatura e estética*. Hucitec.
- Castells, M. (2013a). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.
- Castells, M. (2013b). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Datareportal. (2024). *Digital 2024: Mozambique*. Kepios. <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Editora UnB. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/6531>
- Forquilha, S. (2022). Autoritarismo e reformas democráticas em Moçambique: entre a normatividade e a prática política. *Cadernos IESE*, 1(20), 1–21. <https://www.iese.ac.mz/publicacoes/>
- Han, B.-C. (2015). *No enxame: perspectivas do digital*. Vozes.
- Han, B.-C. (2016). *O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Relógio D'Água. <https://journals.openedition.org/cs/815>
- Hanlon, J. (1991). *Mozambique: Who calls the shots?* James Currey.
- Hootsuite. (2023). *Digital in Mozambique 2023*. Datareportal. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-mozambique>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 Edições.
- Nhamirre, B. (2021a). *Internet e democracia em Moçambique*. CDD Moçambique.
- Nhamirre, B. (2021b). *Social media regulation in Mozambique: Between protection and repression*. Institute for Security Studies (ISS), Policy Brief.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New NYU Press.

- Nyamnjoh, F. B. (2015). *Africa's media, democracy and the politics of belonging*. Zed Books. [https://jsda-africa.com/Jsda/V10N1_Spring2008/PDF/Chigora%20\(Book%20Review\)%20Africa%20Media.pdf](https://jsda-africa.com/Jsda/V10N1_Spring2008/PDF/Chigora%20(Book%20Review)%20Africa%20Media.pdf)
- Rosa, H. (2013). *Social acceleration: A new theory of modernity*. Columbia University Press. <https://acceleratedclassroom.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/03/social-acceleration.pdf>
- Rosário, D. do, & Muendane, E. (2016). Os “protestos populares” de 2010. *Politique Africaine*, 144, 73–94.
- Salema, E., & Guambe, E. (2021). *Propostas de Lei da Comunicação Social em Moçambique: contributos para o debate público*. EISA Moçambique.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Tsandzana, D. (2020). Redes sociais da internet como “tubo de escape” juvenil: práticas e significados em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40(2), 167–189.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press. <https://d-nb.info/124031910X/34>
- Vassilakopoulou, P., & Hustad, E. (2021). Bridging digital divides: A literature review and research agenda. *Information Systems Frontiers*, 1–15. <https://doi.org/10.1007/s10796-020-10096-3>
- Wajcman, J. (2015). *Pressed for time: The acceleration of life in digital capitalism*. University of Chicago Press. https://press.uchicago.edu/books/excerpt/2015/Wajcman_Pressed_for_Time.html